



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS REALEZA  
CONSELHO DO CAMPUS

Avenida Edmundo Gaievski, 1000, acesso pela Rodovia PR 182, Realeza-PR, CEP 85770-000, 46 3543-8302  
sedoc.re@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

**ATA Nº 18/CONSC-RE/UFS/2023**  
**ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2023 DO CONSELHO DO CAMPUS**

1 Ao sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às treze horas e trinta e  
2 cinco minutos, no Auditório do Bloco dos Servidores do *Campus* Realeza da UFS, em Realeza-  
3 PR, foi realizada a 10ª Sessão Ordinária de 2023 do Conselho do *Campus* Realeza da  
4 Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS), presidida pelo Diretor do *Campus*, Marcos  
5 Antônio Beal. **Fizeram-se presentes à sessão os seguintes conselheiros:** Cassiani Gotama  
6 Tasca (Coordenadora do Curso de Graduação em Nutrição), Cláudia Almeida Fioresi  
7 (Coordenadora do Curso de Graduação em Química), Cristiane de Quadros (Coordenadora do  
8 Curso de Graduação em Pedagogia), Denise Maria Souza de Mello (Coordenadora do Curso de  
9 Graduação em Medicina Veterinária), Dennis Fernandes Alves Bessada (Coordenador do Curso  
10 de Física), Edson Antônio Santolin (Coordenador Administrativo), Marcos Roberto da Silva  
11 (Coordenador do Curso de Graduação em Letras: Português e Espanhol), Tatiana Champion  
12 (Coordenadora do Curso de Mestrado em Saúde, Bem-estar e Produção Animal Sustentável na  
13 Fronteira Sul), Vanessa dos Santos Moura (Coordenadora do Curso de Graduação em  
14 Administração Pública); **representantes docentes:** Antônio Marcos Myskiw, Clóvis Alencar  
15 Butzge, Gilza Maria de Souza Franco, Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia; **representantes**  
16 **Técnico Administrativo em Educação:** André Luiz Zabott (titular técnico-administrativo)  
17 **representantes discente:** Marcelo Karol Galvão de Meira; **representantes da comunidade**  
18 **regional:** Inácio José Werle (titular comunidade regional), João Carlos Ramella (titular  
19 comunidade regional). **Participou da sessão os seguintes conselheiros suplentes, no exercício**  
20 **da titularidade:** Felipe Beijamini (Coordenador Adjunto do Curso de Graduação em Ciências  
21 Biológicas), Andréia Florêncio Eduardo de Deus (suplente técnico administrativo), Letiére  
22 Cabreira Soares (representante docente). **Não compareceram à sessão por motivos**  
23 **justificados:** Sabrina Casagrande (titular docente), Bruno da Rocha Nunes (titular técnico-  
24 administrativo). **Não compareceram à sessão sem apresentar justificativa:** Viviane Scheibel  
25 de Almeida (titular docente), Samuel Aires Lourenço (titular discente). Após a conferência de  
26 quórum, o presidente passou ao Expediente. **Aprovação da Ata da 1ª Sessão Especial:** Ata  
27 aprovada, com duas abstenções por não estarem presentes nesta sessão. **1.1 Informes.** A  
28 professora Gilza Maria de Souza Franco saudou a todos e informou que a comissão eleitoral  
29 composta por ela, Edson Czarnobai (presidente) e a professora Isabel Aparecida Soares estão  
30 organizando a eleição e foi lançada na semana passada o edital para a eleição dos conselheiros do  
31 *Campus*, dos segmentos docentes, TAEs e discentes para o biênio 2024-2026. Então, as  
32 inscrições das chapas vão até esta semana, dia 10 (sexta-feira). Sobre a eleição e todo o  
33 programa se encontra no edital e a eleição vai ocorrer no dia 30 de novembro. Será uma eleição  
34 de forma presencial e todas as informações serão repassadas pela comissão eleitoral. Outro  
35 informe é do PIBID e do Curso de Ciências Biológicas. Amanhã partirá um grupo de pessoas  
36 para o Encontro Regional Sul de Biologia, O curso de ciências biológicas apresentará um  
37 trabalho e o PIBID interdisciplinar em ciências da natureza, com dez trabalhos. Esse ano o  
38 encontro será em Santa Catarina, no município de Rio do Sul. O presidente também informou  
39 que ocorreu na semana passada a sessão do CONSUNI, onde foi aprovado a ampliação de vagas  
40 para alunos no Curso de Medicina no *Campus* Passo Fundo. Atualmente a entrada anual é de 62  
41 vagas e será ampliada para 80 vagas. A mesma ampliação foi para o Curso de Medicina no



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS REALEZA  
CONSELHO DO CAMPUS

Avenida Edmundo Gaievski, 1000, acesso pela Rodovia PR 182, Realeza-PR, CEP 85770-000, 46 3543-8302  
sedoc.re@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

42 *Campus* Chapecó, de 40 para 80 vagas. O presidente também falou que está sendo encaminhado  
43 para a CAPES a proposta do Mestrado em Direitos Humanos, e que sendo aprovado, a sede será  
44 o *Campus* Realeza, mas será intinerante/multi-*campi* entre os *Campi* Realeza, Chapecó e  
45 Erechim. Encerrado o Expediente, o presidente passou à leitura da **Ordem do Dia: 2.1**  
46 **Homologação da indicação - Substituição de membro suplente na Comissão de Avaliação**  
47 **de Desempenho (CAD):** O presidente apresentou o ofício número 84 de 2023 do *Campus*, que  
48 trata então da solicitação de homologação do nome da professora Jucieli Weber para que assuma  
49 como membro suplente os trabalhos da Comissão de Avaliação e Desempenho (CAD) Docente,  
50 no lugar da professora Luciana Borowski Pietricoski que está afastada para tratamento de saúde.  
51 Em votação, os que estiverem de acordo com a homologação do nome da professora Jucieli  
52 Weber como nova integrante da CAD permaneçam como estão. Aprovado a homologação da  
53 indicação e será publicado a decisão do Conselho do *Campus* nestes termos. Passou-se para o  
54 próximo ponto de pauta. **2.2 Processo Nº 23205.022272/2023-64 - Minuta da Resolução para**  
55 **substituição da Resolução Nº 105/CONSC-RE/UFFS/2021:** O presidente falou que se trata da  
56 minuta de uma nova resolução que substitui a resolução 105 deste conselho, que trata dos  
57 critérios de avaliação dos planos anuais de atividades, dos relatórios anuais de atividades, que  
58 agora não tem outros nomes diante da adoção do novo sistema. A professora Gilza Maria de  
59 Souza Franco esta iniciou a apresentação do relato. O histórico desse processo tem como  
60 finalidade normatizar no *Campus* Realeza os procedimentos de avaliação e pontuação docente  
61 com base na Resolução Nº 106/ CONSUNI/UFFS/2022, que estabelece normas para distribuição  
62 das atividades do Magistério Superior da UFFS, e na Resolução 49, também do CONSUNI de  
63 2020, que aprova e dispõe sobre as normas para a avaliação de desempenho docentes integrantes  
64 da carreira do Magistério Superior. A Resolução Nº 105/CONSC-RE/UFFS/2021, que é a  
65 proposta então de substituição por essa nova resolução, que regulamenta a aprovação dos planos  
66 de atividades e dos relatórios de atividades dos docentes no âmbito do *Campus*. As resoluções  
67 106 de 2022 e a 49 de 2020 do CONSUNI regulamentam de forma geral o entendimento da  
68 UFFS sobre as horas de ensino, aula, distribuição de horas docentes, atividades e os seus  
69 enquadramentos, onde cada atividade se enquadra. As normas de desempenho acadêmico e  
70 progressão da carreira, bem como os instrumentos de planejamento docente, agora estão  
71 chamados de PID e RID. A resolução 49 inclui os anexos 1 e 2, que definem as atividades  
72 docentes e a pontuação da atividade de cada ação. A resolução 49 tem como objetivo  
73 regulamentar a pontuação com vistas à progressão. A resolução 106 define nos seus parágrafos  
74 terceiro, sexto e sétimo o prazo, a homologação e aprovação dos planos anuais dos PAs e os  
75 relatórios de atividade anual RAAs, respectivamente pelo Conselhos do *Campus*, conforme  
76 transcrito abaixo. O parágrafo terceiro diz, o PAA e o RAA deverão ser aprovados pela instância  
77 colegiada ao qual o docente estiver vinculado. No parágrafo sexto, o colegiado deve homologar  
78 os PAs até o 50º dia após o início do primeiro semestre de cada ano letivo. O colegiado deve  
79 aprovar os RAAs até o último dia do primeiro semestre de cada ano letivo. Os critérios a serem  
80 utilizados para a aprovação do RAA e PAA devem ser estabelecidos pela instância colegiada do  
81 órgão de vinculação docente, observando o disposto no artigo 9 e no artigo 10 da resolução 49.  
82 Foi proposta uma nova resolução até por solicitação desse conselho, por conta de deixar claro  
83 principalmente os critérios de como faríamos essas pontuações de avaliação. Algumas das  
84 discussões do Conselho do *Campus* de Realeza têm contato com a necessidade de critérios mais  
85 claros e objetivos de avaliação, assegurando a tratamento isonômico em relação aos documentos  
86 de planejamento que aparecem com o docente. Assim, a coordenação acadêmica assumiu a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS REALEZA  
CONSELHO DO CAMPUS

Avenida Edmundo Gaievski, 1000, acesso pela Rodovia PR 182, Realeza-PR, CEP 85770-000, 46 3543-8302  
sedoc.re@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

87 incumbência de elaborar e apresentar ao Conselho uma minuta de resolução para estabelecer  
88 critérios quantitativos com vista à aprovação dos PAAs e RAAs. Da análise: a única proposta  
89 agora dos elementos necessários para a segurança na homologação e aprovação do PID e do  
90 RID. No entanto, a pontuação mínima proposta entre os itens engessa as atividades e nas ações  
91 permanentes e temporárias dos docentes. No mais, alguns docentes que não possuem curso das  
92 suas especificidades e muitas vezes não conseguem satisfazer as atividades como orientação de  
93 estágio, TCC, etc. Além disso, a proposta original da mesa de 30 pontos mínimos as atividades  
94 administrativas e de gestão e apenas 8 e 10 pontos para o ensino, pesquisa ou extensão cultura,  
95 respectivamente. Dessa forma, a proposta dessa relatora, ouvindo outros docentes, é que seja  
96 determinada uma pontuação mínima geral e que as mínimas de cada atividade sejam menores.  
97 Chegou-se num acordo com uma proposta que pudesse dar essa economia. Seria a substituição  
98 do artigo terceiro. A coordenação acadêmica terá parecer favorável quando o docente atender os  
99 seguintes requisitos. O primeiro requisito é cumprir cada horário a mínima das aulas  
100 estabelecidas na resolução 106/CONSUNI/2022. O docente de qualquer regime de trabalho fica  
101 obrigado ao mínimo de 8 horas semanais de aula e também está de acordo com a Lei 9394, de  
102 1996, no seu artigo 57. Isso não foi alterado porque é um requisito de uma legislação maior.  
103 Com relação então às pontuações, o item 2 seria cumprir no mínimo 50 pontos por ano  
104 considerando todas as dimensões para a ficha de avaliação de desempenho docente conforme a  
105 resolução 49/CONSUNI/2020. Cumprir no mínimo 8 pontos do item 1.2, 1.3 e 1.4. Os itens 1.2,  
106 1.3 e 1.4 são relativos às atividades de ensino para além da carga horária de 8 horas semanais.  
107 Essa proposta também está igual à anterior, que é os 8 pontos mínimos. Outro requisito é  
108 cumprir no mínimo 10 pontos por ano no item 2. O item 2 inclui a atividade de pesquisa ou, no  
109 item 3 que é a atividade de extensão. O professor deve cumprir no mínimo 10 pontos de extensão  
110 ou de pesquisa. Cumprir no mínimo 2 pontos da atividade de formação. Então, todas as  
111 atividades de curso, cursos de curta duração, cursos de longa duração, eventos, todas as  
112 atividades que incluem a formação docente, no mínimo, com até 2 pontos por ano. Por fim,  
113 cumprir no mínimo 8 pontos por ano no item 5, que são as atividades de administração e gestão  
114 universitária. Na minuta tinha nesse item 5, 30 pontos. A intenção foi incluir o item 2 com os 50  
115 pontos. Outra questão que pode gerar confusão são as nomenclaturas PA e RA. Na proposta de  
116 resolução foi substituído o PAA por PID e RID. Considerando o exposto e a importância da  
117 resolução que orienta tanto o Conselho do *Campus* como a gestão da aprovação e homologação  
118 do PID e do RID, recomenda-se uma manifestação desse conselho de forma favorável à  
119 aprovação da minuta, considerando as alterações propostas. O presidente colocou para votação a  
120 nova redação proposta que substitui integralmente o artigo 4º. Não houve objeções, sendo  
121 APROVADA a nova redação do artigo 4º. Passou-se para o próximo ponto de pauta. 2.3  
122 Processo Nº 23205.002640/2018-91 - Termo Aditivo do Acordo de Cooperação entre UFFS e  
123 UNIOESTE - Permanência da participação da professora Dalila Moter Benvegnú: O presidente  
124 falou que esta pauta é sobre o termo aditivo do acordo de cooperação técnica entre o nosso  
125 *Campus* e a UNIOESTE. Este assunto vem para a discussão deste Conselho pois a solicitação é  
126 uma prorrogação por igual período que já estava previsto na redação original do acordo. Tem-se  
127 dois encaminhamentos: o primeiro deles é designar ou encaminhar para uma relatoria esta  
128 solicitação de termo aditivo. Ou deliberar de forma imediata, desconsiderando a necessidade de  
129 que haja uma relatoria para esse processo. A conselheira Gilza Maria de Souza Franco falou que,  
130 como já é um processo que passou por esse Conselho e a professora Dalila Moter Benvegnú está  
131 envolvida na Pós-Graduação, podemos discutir hoje e aprovar, ou não, até porque é uma



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS REALEZA  
CONSELHO DO CAMPUS

Avenida Edmundo Gaievski, 1000, acesso pela Rodovia PR 182, Realeza-PR, CEP 85770-000, 46 3543-8302  
sedoc.re@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

132 renovação. Sempre lembrando da importância dessas parcerias com outras instituições, da  
133 mesma forma que nós temos na nossa instituição em parceria com professores que vêm de outra  
134 instituição. O presidente comentou sobre este processo, que tem a ver muito com as discussões  
135 sobre o aporte de códigos de vaga. A CPPD e a NPPD do *Campus* têm feito um trabalho de  
136 levantamento de carga docente para fins de distribuição daqueles códigos de vaga que a  
137 universidade deverá receber com o aporte do Ministério da Educação. Comentou também que a  
138 professora Dalila Moter Benvegnú é uma pessoa que se envolve em muitas atividades,  
139 especialmente na pesquisa, na Pós-Graduação e está ajudando dentro do mestrado que o *Campus*  
140 está oferecendo. O *Campus* tem uma porção destes acordos de cooperação técnica aprovados por  
141 este conselho e que concede em horas de trabalho dos servidores docentes para ajudar, criar,  
142 consolidar programas de Pós-Graduação em outras instituições. Somos o *Campus* que tem menos  
143 programas de Pós-Graduação na instituição. Não é contra a possibilidade de oportunizarmos aos  
144 docentes esse tipo de vínculo de participação, mas de criar mecanismos para fortalecer a Pós-  
145 Graduação no *Campus*. Há professores do *Campus* que atuam de forma muito enfática, de forma  
146 muito presente em programas de Pós-Graduação que funcionam em outros *campi*. Não há sequer  
147 GTs de Pós-Graduação instituídos no *Campus* para a construção dos nossos mestrados. Isso vai  
148 ser insumo, vai ser um dos critérios para a distribuição desses códigos de vaga que serão  
149 aportados para a universidade. Receberemos menos professores em virtude de termos menos  
150 Pós-Graduações em funcionamento aqui. Não seria somente na área dos GTs Humanas, pois há  
151 dificuldades que o mestrado em Saúde, Bem-estar e Produção Animal Sustentável tem para  
152 manter suas atividades, porque há poucos professores para sustentar a graduação, o mestrado e as  
153 atividades hospitalares. O presidente colocou em regime de votação a aprovação ou desacordo  
154 com o termo aditivo para a Acordo de Cooperação Técnica (ACT). Por unanimidade fica  
155 APROVADA então a recomendação por parte do Conselho do *Campus* a celebração do aditivo  
156 deste ACT. Passou-se para o próximo ponto de pauta. **2.4 Processo N° 23205.034110/2023-79:**  
157 **Celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre UFFS e Universidade Federal do**  
158 **Norte do Tocantins (UFNT) - Designação de relatoria ou apreciação:** O presidente iniciou a  
159 apresentação do próximo processo que trata também de um ACT. Desta vez a proposta de  
160 celebração de ACT entre a Universidade Federal da Fronteira Sul e a Universidade Federal do  
161 Norte do Tocantins (UFNT). Fomos procurados há algum tempo pelo professor Leandro Ferraz,  
162 que é professor efetivo da UFNT. Ele inclusive formalizou o pedido de redistribuição para nossa  
163 instituição e foi negado em virtude da indisponibilidade de códigos de vaga para dar em  
164 contrapartida. A direção do *Campus* sempre que tem sido procurada diretamente por professores  
165 interessados em vir para cá, mas não tem perspectiva de código de vaga. Em virtude do interesse  
166 dele em vir para cá, em virtude da necessidade que nós temos dentro do colegiado do curso de  
167 pedagogia do *Campus*, trabalhamos numa proposta de minuta de ACT entre UFFS e a UFNT  
168 para que esta cooperação seja firmada. O processo está instruído, portanto, com a documentação  
169 relativa ao e-mail, a formalização do interesse no e-mail de 17 de outubro de 2023 encaminhado  
170 para o vice reitor da UFNT explicando o contexto. Em resposta, em 23 de outubro de 2023 o  
171 vice reitor da UFNT sinalizou afirmativamente com a possibilidade de celebração de acordo. O  
172 acordo pode ser rescindido unilateralmente a qualquer tempo. Resguarda também em relação,  
173 por exemplo, a transferência ou a não possibilidade de transferência de recursos financeiros entre  
174 as instituições. A vigência inicial é de 5 anos, as cláusulas de acompanhamento e fiscalização,  
175 enfim, as cláusulas de rescisão, enfim, todas as cláusulas previstas pela lei 8666. Segue também  
176 uma minuta de plano de trabalho prevendo ações de cooperação. Da mesma forma como foi





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS REALEZA  
CONSELHO DO CAMPUS

Avenida Edmundo Gaievski, 1000, acesso pela Rodovia PR 182, Realeza-PR, CEP 85770-000, 46 3543-8302  
sedoc.re@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

177 deliberado no caso da professora Dalila, com duas possibilidades de encaminhamento. A  
178 primeira delas, designação de uma relatoria para redigir um parecer. A outra possibilidade é  
179 apreciar na data de hoje esta minuta e emitir uma decisão favorável a respeito da celebração  
180 deste acordo, da recomendação de celebração deste acordo. Em votação ficou decidido em  
181 deliberar nesta sessão pela celebração ou não deste ACT. O presidente pôs em regime de votação  
182 para recomendar a celebração ou não recomendar. Por unanimidade, fica APROVADA a  
183 recomendação em celebrar este ACT. Passou-se para o último ponto de pauta. **2.5 Unidades**  
184 **Acadêmicas no Campus Realeza:** O último ponto de pauta é uma solicitação de orientação que  
185 a Direção do *Campus* gostaria de fazer ao conselho. O ponto de pauta versa sobre Unidades  
186 Acadêmicas no *Campus* Realeza. Pode-se encaminhar para a relatoria, ou pode-se deliberar de  
187 forma imediata. Desde a aprovação do regimento geral da universidade, há a previsão da criação  
188 de Unidades Acadêmicas de base na Universidade. São órgãos administrativos que, na prática,  
189 são os departamentos das Universidades mais consolidadas no Brasil. As mais antigas todas  
190 operam com a ideia de departamentos. O regimento geral previu a ideia de Unidades Acadêmicas  
191 de base, colocando critérios como, por exemplo, o número mínimo de cursos, afinidade  
192 epistemológica, afinidade de área, vários critérios. Desde 2016 o *Campus* Chapecó e depois  
193 também o *Campus* Erechim apresentaram propostas de criação de Unidades Acadêmicas de base.  
194 Estas unidades devem estar previstas no regimento do *Campus*. No Conselho Universitário foi  
195 deliberada pela criação de Unidades Acadêmicas no *Campus* Chapecó, condicionada ao  
196 cumprimento de alguns requisitos, e levantou-se a possibilidade de que os demais *campi* façam  
197 essa discussão da criação de Unidades Acadêmicas. Inclusive, um dos condicionantes que foi  
198 apresentado ao *Campus* Chapecó é que o assunto deve voltar ao Conselho do *Campus* para  
199 necessariamente discutir, rediscutir as Unidades Acadêmicas. Desta forma, foi decidido trazer  
200 esse assunto ao pleno do Conselho para produzir um encaminhamento a respeito de conduzir o  
201 debate sobre esse assunto no *Campus*. Se encaminharmos pela criação de Unidades  
202 Acadêmicas, ou se no *Campus* prevalece a ideia de que elas, no momento, são desnecessárias, se  
203 elas têm que ser criadas, que unidades acadêmicas são essas, e assim por diante. Em deliberação  
204 no Conselho do *Campus*, o pleno decidiu pela postergação da discussão deste tema para outro  
205 momento. Às dezesseis horas, o presidente encerrou a sessão, da qual eu, Flavio Riuzo So,  
206 Secretário da Direção e Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata que, aprovada, será  
207 devidamente assinada por mim e pelo presidente.

MARCOS ANTÔNIO BEAL  
Presidente do Conselho do *Campus*

FLAVIO RIUZO SO  
Secretário da Direção e Órgãos Colegiados



***PEÇA DOCUMENTAL Nº 16/2023 - CONSC - RE (10.40.06)***

***(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)***

***(Assinado digitalmente em 12/11/2025 17:54 )***

***FLAVIO RIUZO SO***  
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO  
SEGEC - RE (10.40.07.22)  
Matrícula: ###678#9

***(Assinado digitalmente em 13/11/2025 11:07 )***

***MARCOS ANTONIO BEAL***  
DIRETOR DE UNIDADE - TITULAR  
CRE (10.40)  
Matrícula: ###675#1

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **16**  
, ano: **2023**, tipo: **PEÇA DOCUMENTAL**, data de emissão: **16/12/2024** e o código de verificação: **af3590710d**